

# Jovens indígenas na metrópole

## Young indigenous in the metropolis

Cláudia Netto do Vale\*

Lucia Helena Rangel\*\*

---

### Resumo

Esse artigo trata da situação dos jovens indígenas na região metropolitana de São Paulo. Trata-se de uma primeira aproximação ao tema, que será objeto de pesquisa vinculada ao projeto “Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas” (CLACSO/PUCSP). *Jovem indígena* é uma categoria em construção, emergente no contexto urbano, onde assume características peculiares, com muita dificuldade de reconhecimento. Uma série de iniciativas já estão presentes na realidade brasileira no sentido de formulação de políticas públicas voltadas especificamente para esses jovens.

### Palavras-chave

Jovem indígena; indígenas nas cidades; invisibilidade; reconhecimento; expressões culturais

### Abstract

This article is about the situation of Young Indians in the metropolitan region of São Paulo. It is a first approach to the theme that will be the aim of the research linked a project called “Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas” (CLACSO/PUCSP). Young Indians is a class in construction, emerging in an urban context, where peculiar characteristics take over, with lots of difficulty of recognition. Many initiatives are already in to Brazilian reality in the sense of formulation of public politics directed specifically to this people.

### Keywords

Young indigenous; indigenous in the cities; invisibility; recognition; cultural expressions

---

*El pleno ejercicio de los derechos humanos de los pueblos indígenas requiere el reconocimiento de sus derechos como pueblos, es decir, de sus derechos colectivos, comunitarios. [...] Los pueblos explotados y discriminados que reclaman sus derechos culturales y colectivos no lo hacen para “celebrar la diferencia” que, en si misma, no es ni buena ni mala sino para garantizar sus derechos humanos y para lograr un mínimo de poder político en la polis que les permita participar en condiciones de igualdad en la gobernancia democrática de sus países.*

Rodolpho Stavenhagen

A categoria *jovens indígenas* está dentro de um quadro mais amplo de direitos coletivos dos povos indígenas nas Américas como um todo, e na América Latina em

---

\* Lingüista e antropóloga, professora aposentada da Universidade Estadual de Maringá e investigadora do Grupo CLACSO Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina: claudia.valle@uol.com.br.

\*\* Antropóloga, professora do Programa de Estudos Pós Graduos em Ciências Sociais da PUCSP e investigadora do Grupo CLACSO Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina: lucia.rangel@uol.com.br.

particular, dado que há países que são de maioria reconhecidamente autóctone. Pode ser considerada uma categoria em transição ou em construção, na realidade brasileira atual.

Se considerarmos o ponto de vista interno às sociedades indígenas em cada ambiente social observa-se a construção de categorias de idade que variam estrutural e culturalmente, apresentando-se uma diversificação bastante relevante. Os estudos antropológicos e as etnologias produzidas em campo não produziram um conhecimento específico sobre a juventude porque esta não se revelou como categoria social específica. No entanto, os estudos demonstram que as categorias de idade são afeitas ao status social que os indivíduos adquirem ao longo da vida, chegando a seis ou sete categorias etárias em muitas sociedades.

Nasci no dia 19 de janeiro de 1979. Morei na cidade até os meus sete anos. Até então somente visitava a aldeia e mesmo morando na cidade, vivenciei minha cultura desde pequena. Lembro-me que ficávamos, eu e meus irmãos, boa parte do nosso tempo, principalmente nas férias, com meus avós. Aproveitávamos para explorar bastante a aldeia, brincávamos muito, gostávamos de atirar arco e flecha, pescar e caçar. Tínhamos outras brincadeiras também, que havíamos aprendido na escola e com outros amigos Juruá (brancos). (Mirim, 2008:11)

Desde os estudos clássicos de Bronislaw Malinowski e Margareth Mead entre outros, destaca-se a importância da compreensão dos processos de socialização e de educação como componentes intrínsecos aos processos de formação da pessoa e dos sujeitos sociais ativos que compõem as categorias de idade e suas respectivas responsabilidades sociais. Neste sentido, a importância dos rituais de iniciação constitui o marco principal de passagem da infância para vida adulta que coincide com o casamento, com a fixação das responsabilidades produtivas e reprodutivas; assim, por exemplo, a categoria de jovens casados, apontada em diversos estudos, representa a mulher que inicia sua vida reprodutiva e o homem que se torna guerreiro.

No contexto atual esses jovens adultos frequentam escolas nas aldeias, tornam-se professores, agentes de saúde, agentes ambientais e passam a participar do movimento indígena, assumindo postos de direção nas organizações políticas e nas associações que administram projetos econômicos de auto-sustentação. É neste contexto que a categoria *jovem* está em formação e passa a assumir um perfil específico, em especial no trato com os elementos sociais e políticos da realidade brasileira atual.

O preconceito que enfrentei em sala de aula era muito grande, eu ficava isolada, não só pelo fato de eu ser tímida, mas principalmente por eu ser indígena. Ninguém queria ficar perto de mim. Lembro-me bem das poucas amigas que eu tinha: Cassiana, Daniela e Ana Paula. Havia também a Adriana e a irmã dela, que estudou pouco tempo, porque as dificuldades que elas enfrentavam eram muitas e por isso largaram os estudos cedo. (Mirim, 2008:12)

Neste início do século XXI a demanda por escolaridade tem sido um dos fatores que mais contribuem para a construção desta categoria social – o jovem indígena. A escolarização nas aldeias e nas escolas próximas a estas, nas diversas regiões do país, a

política de cotas nas Instituições de Ensino Superior, são fatores que mobilizam desejos, impõem à migração para as cidades e criam categorias diferenciadas nos contextos sociais tradicionais. Uma questão que se destaca é como esses jovens, especialmente os universitários, passam a “representar” essas populações tradicionais e seus vínculos familiares, na medida em que se tornam protagonistas de ações representativas de suas comunidades.

A condição financeira da minha família não era muito boa, e por isso, o que eu quisesse, eu mesma tinha que conseguir. Acabei me casando aos 16 anos e aos 17 anos já era mãe de um lindo menino, Hebert. Quando meu filho estava com 4 anos, achei que deveria estudar, para garantir um futuro melhor para ele, pois o único emprego que eu havia conseguido era em casa de família. (Mirim, 2008:13)

Porém, a migração para as cidades já é fenômeno consolidado há várias décadas.

Neste sentido, o jovem indígena urbano, nascido nas cidades e em suas periferias, ou o migrante recente, insere-se como estudante, como trabalhador ou estudante-trabalhador, compartilhando o mundo cultural e o estilo de vida próprios da cidade. Neste contexto ele passa a ser o jovem, como outro qualquer; mas, como porta-voz dessa nova emergência, poderá estar mais próximo ou mais distante de suas raízes culturais.

No contexto urbano a população indígena tornou-se invisível, tanto aos olhos da sociedade, quanto aos olhos e cuidados do Estado. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) órgão responsável pela proteção e assistência ao índio não os reconhece e não possui nenhuma política específica para a população indígena que vive nas cidades. No último Censo Demográfico (IBGE, 2005) foram recenseadas 734.127 pessoas autoidentificadas indígenas, das quais 52% vivem em áreas urbanas; o critério do IBGE, de autoidentificação, gera números diferentes aos da FUNAI, que reconhece como indígenas apenas a população que vive em aldeias, daí a dificuldade da população urbana em reivindicar os direitos que a Constituição Federal concede aos indígenas.

Atualmente, a FUNAI criou um programa de Oficinas de Capacitação para Jovens Indígenas, que começa a ser implementado em algumas aldeias. A Caixa Econômica Federal, em convênio com a FUNAI, está oferecendo 300 vagas de estágio para estudantes universitários indígenas. O Programa Primeiro Emprego, do Governo Federal, também foi realizado para jovens indígenas em algumas localidades, tais como Campo Grande/MS.

Por outro lado, ongs e algumas associações indígenas já possuem um trabalho específico com jovens indígenas, no Mato Grosso do Sul, na Bahia, no Amazonas, no Tocantins e em outras regiões do país. A preocupação com essa categoria começa a crescer e a palavra dos jovens passa a ter lugar de destaque em encontros, conferências e

seminários que congregam indígenas nos fóruns que acontecem especialmente em Brasília. É interessante notar que nessas ocasiões, os discursos proferidos pelos jovens destacam grande preocupação com educação, saúde e meio ambiente; curiosamente, são nessas áreas que o trabalho remunerado nas aldeias beneficia os jovens, como dito anteriormente. Também expressam apreensão com os graves problemas decorrentes do uso de bebidas alcoólicas, consumo e tráfico de drogas que afetam os jovens. Tem-se assim os primeiros esboços para a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens indígenas.

Mas, é no contexto urbano que o jovem indígena pode “usufruir” de sua invisibilidade, ocultando sua origem, indiferenciando-se, por vergonha de pertencer a um povo indígena e para escapar ao racismo e à violência que são característicos das atitudes e comportamentos dos brasileiros em relação ao índio. Neste ponto, apresenta-se a primeira contradição que afeta o jovem indígena: por exemplo, para que usufrua da política de cotas nas universidades deve assumir sua condição de indígena e para isso tem de abrir mão de sua invisibilidade.

Mas como ele não se adaptava mais à vida na aldeia e a minha avó não se adaptava à cidade, eles acharam um meio termo: foram morar em uma chácara às margens da represa Billings. Lá eles tiveram seus primeiros filhos, inclusive minha mãe Eunice, que nasceu em 1954. (Poty Poram 2008:15)

A cidade de São Paulo possui uma das maiores populações auto declaradas indígenas, em números absolutos, do Brasil. São 18.692 pessoas no município de São Paulo e, 39.911, na Grande São Paulo, segundo os dados do IBGE (Censo Demográfico do Brasil, 2000), invisíveis ou aparentes, vindos de diversas regiões do país, especialmente do Nordeste, do interior do Estado, além dos autóctones, os Guarani, pertencentes, em sua maioria, ao grupo Mbyá.

A capital paulista possui quatro aldeias Guarani: duas, Tenondé Porã e Krucutu localizadas, na periferia da zona sul, em Parelheiros e duas, Tekoa Ytu e Tekoa Pyau, na zona norte, no Pico do Jaraguá, em Pirituba. Outras etnias estão presentes na região metropolitana de São Paulo, como os Pankararu que vivem em grande número de famílias na favela do Real Park, no bairro do Morumbi, no jardim Elba e outras localidades da zona leste, bem como em Guarulhos, Mauá e outros pontos da Grande São Paulo. Os Pankararu formam o maior contingente indígena, somando 3.000 pessoas aproximadamente. Além dessas, Atikum, Fulni-ô, Kaingang, Kariri-Xokó, Pankararé, Potiguara, Terena, são etnias que estão presentes com população significativa. Outras etnias como Krenak, Pataxó, Tucano, Tuiuca, Xavante, Xukuru estão na cidade, ou

porque nasceram nela, ou porque são jovens vieram para estudar ou são indivíduos que migraram à procura de emprego. Todas são atuantes no movimento indígena e participam do Conselho Indígena do Estado de São Paulo.

A capital paulista, assim como a capital do Rio de Janeiro, abriga uma população indígena em sua maioria migrante, proveniente de diversas regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, como são os Atikum, Fulni-ô, Kariri-Xokó, Pankararé, Pankararu, Potiguara, Xukuru. A principal motivação desse movimento migratório Nordeste/Sudeste tem sido a procura de emprego em função da pressão sobre suas terras de origem. As terras indígenas do Nordeste são pequenas em relação ao crescimento populacional verificado ao longo das últimas décadas. Além disso, muitas comunidades não possuíam terras e estavam vivendo em lugares apertados, ocultando seu pertencimento étnico, sem reconhecimento por parte do estado brasileiro. Nos últimos trinta anos os povos do Nordeste passam a reivindicar seu reconhecimento étnico, bem como a demarcação de terras e a ampliação de territórios tradicionais.

Muitos desses contingentes indígenas agregaram-se aos surtos migratórios provenientes do Nordeste desde a década de 1950, atraídos pela industrialização paulista e pela urbanização que empregou grande número de pessoas na construção civil. Foi assim que os Pankararu foram morar na favela do Real Park, a partir de seu engajamento como mão de obra na construção de casas e do Estádio de futebol no bairro do Morumbi. Com o passar do tempo as famílias continuaram a migrar e adensaram a população da favela e dos outros lugares acima mencionados. Hoje, a maioria dos jovens Pankararu já são nascidos em São Paulo.

A população indígena que vive na Grande São Paulo espalha-se por diversos bairros periféricos, ou em favelas.

Além dos problemas encontrados pela população das periferias de forma geral, as famílias também enfrentam problemas específicos, como a discriminação, a invisibilidade perante a sociedade em geral, a desconsideração do poder público, o constante questionamento de suas identidades étnicas e a falta de um espaço coletivo para suas manifestações culturais. A maior parte dos indígenas que vivem em São Paulo mora em casas alugadas ou favelas. Muitos estão desempregados e dependem de atividades no trabalho informal para sua sobrevivência. (Lacerda, 2008:13-14)

Mesmo assim, São Paulo tem sido espaço para expressões culturais indígenas: há uma editora formada por indígenas que publica obras de escritores indígenas; há grupos de dança e canto; venda de artesanato em cerâmica, cestaria, madeira e bijuteria; apresentações em escolas e feiras.

No entanto, parece ser mais comum que a vida dos jovens indígenas na cidade grande não seja diferente dos outros jovens, em seus hábitos, gostos e estilos. Sua

inserção como indígenas ainda depende de vencer muitas barreiras colocadas pelo *preconceito* e pela *invisibilidade*.

### **Bibliografia**

- IBGE (2005). *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991-2000*. Rio de Janeiro.
- LACERDA, Inimá Pappiani (2008). *NHANDEREKÓ. O indígena e a cidade*. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais (Lucia Helena V. Rangel, orientadora). Faculdade de Ciências Sociais, PUCSP, São Paulo.
- PIO, Andréia; MARTIM, Jaciara Para Mirim Augusto; CARLOS, Poty Poran Turiba (2008). *Ramaẽ Tenonde Kat: A perspectiva do jovem guarani nas aldeias do Jaraguá*. Trabalho de conclusão do curso de Formação Intercultural de Professores Indígenas, Secretaria do Estado de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- STAVENHAGEM, Rodolfo (2003). *Multiculturalismo y derechos colectivos*. In: XIII Conferencias magistrales. Actas del 51º Congreso Internacional de Americanistas, Chile.